

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº160/2023/ADM

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 7/2023-026FMDCA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Esta assessoria, foi instada a se manifestar sobre o presente processo de dispensa de licitação, que se refere a contratação de empresa remanescente para aquisição de pneus, com fito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Isto posto, em consequência da Rescisão do Contrato nº 20231132, atendida a ordem de classificação da licitação Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT.

Para tanto, foi apresentado ofício relatando o caso, a sua urgência e requisitando providências. Este é o breve relatório.

DO EXAME

A hipótese de contratação como a presente, onde ocorre rescisão contratual encontra amparo direto na legislação vigente. Neste sentido, o art. 24, XI, da Lei 8.666/93, versa *in verbis* o seguinte:

Art. 24 – “ É dispensável a licitação:

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

Pois bem, note-se que o texto em epígrafe, é cristalino quanto a possibilidade do Administrador dispensar o processo licitatório em situações como a análoga. E, neste diapasão, merece destaque a justificativa apresentada que esgotou o tema quanto as razões, possibilidade jurídica e interesse. Vejamos:

“A empresa Norte Comércio e Serviço Ltda foi vencedora de vários produtos no Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT – Ata de Registro de Preços nº 20231010. Firmou o Contrato nº 20231132. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitou o fornecimento de alguns produtos através da Nota de Empenho nº 24080001 e das Ordem de Fornecimento de nº 202303365. Transcorrido o prazo contratual de entrega a Contratada foi notificada para a entrega dos mesmos, no entanto a Contratante não obteve êxito, não lhe restando outra alternativa que a rescisão contratual de forma unilateral. Como a Administração necessita destes produtos de maneira urgente para suprir as suas necessidades e garantir o suporte a sua frota operacional de veículos, uma vez que os pneus em uso estão desgastados e em condições intrafegáveis, colocando em risco a vida dos colaboradores que trabalham e utilizam esses veículos.

O artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93 como antecedente necessário à contratação por Dispensa de Licitação, a qual objetiva a Contratação Direta de empresas especializadas para fornecer o remanescente dos produtos, em consequência da Rescisão do Contrato nº 20231132, atendida a ordem de classificação da licitação Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT, e mantidas todos os prazos e condições preestabelecidas no Edital, bem como, a manutenção da proposta ofertada nos lances constante do ranking e considerando a necessidade de adquirir os produtos para o efetivo desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

É cediço que a Constituição Federal acolhe a presunção de que a prévia licitação produz a melhor contratação, isto é, aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia. Contudo, a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando a contratação direta nos casos previstos na legislação pertinente.

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamentou o dispositivo constitucional transcrito e instituiu normas e procedimentos para a realização de licitações e celebração de contratos no âmbito da Administração Pública, prevendo, neste contexto, hipóteses excepcionais de contratação direta, em que, legitimamente, a Administração pode celebrar contratos sem a prévia realização de processo licitatório, com o devido amparo legal e dotadas das devidas justificativas legais.

No entanto a Lei Federal nº 8.666/1993 possibilita exceções a esta regra como a dispensa de licitação (artigo 24). Neste Processo Administrativo, aplica-se a hipótese do artigo 24, inciso XI, da mencionada Lei.

No tocante a dispensa de licitação, uma das hipóteses de excepcionalidade previstas na legislação em testilha, é cediço que a competição, em tese, é possível, mas o legislador adotou a premissa de que existem razões suficientes para que a regra do processo licitatório fosse adotada, preservando-se outros interesses públicos que merecem circunstancialmente prevalência em detrimento da contratação após regular processo licitatório.

A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa. Nem caracteriza uma livre atuação administrativa. O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. Permanece o dever de atender os requisitos dispostos nos art. 24, XI, e art. 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

A ausência de licitação não se equivale a uma contratação informal, realizada por quem a Administração melhor lhe aprovar, sem a adoção de cautelas e prova documental condizente e apta a dar suporte e respaldo a via adotada, pelo contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Trata-se de um procedimento formal prévio destinado a produzir a melhor escolha possível para a Administração.

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público.

É de se inferir que a dispensa de licitação prevista no artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 só deve ocorrer por razões de interesse público, como no caso em análise. Obviamente, nestes casos, a realização de uma nova licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Pelo exposto, tendo em vista que a referida aquisição é necessária para a manutenção operacional de caminhões e máquinas pesadas, pode a Administração Pública aplicar o artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, para dispensar licitação e contratar diretamente pessoas jurídicas, desde que preenchidos os requisitos necessários exigidos em Lei.

DA FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DA MODALIDADE

Para compreensão do presente caso, é oportuno mencionar especificamente o artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, invocado pela Administração como fundamento da dispensa de licitação, cuja norma autoriza expressamente a contratação direta mediante dispensa de licitação em virtude de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, dispondo nos termos seguintes:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;”

Para que seja possível a contratação por Dispensa de Licitação de remanescente de obras, serviços ou fornecimento, a lei exige que haja existência de licitação anterior, contratação do objeto com o licitante vencedor e extinção do contrato, observância da ordem de classificação, contratação de remanescente e condições e preços do licitante vencedor.

Assim, diante das informações constantes na Ata de Sessão do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT, temos que, observado a ordem de classificação do referido processo licitatório, os segundos classificados, tendo aceito os mesmos prazos e condições preestabelecidas no Edital, bem como, a manutenção da proposta ofertada nos lances constante do ranking, conforme Termos de Aceitação, em anexo, a dispensa de licitação é a melhor maneira de preservar o interesse público.

A aquisição é necessária e de forma urgente para suprir as suas necessidades e garantir o suporte a sua frota operacional de caminhões e máquinas pesadas, uma vez que os pneus em uso estão desgastados e em condições intrafegáveis, colocando em risco a vida dos colaboradores que trabalham e utilizam esses veículos.”

Destarte, esclarecemos que o caso em tela, adequa-se de maneira inquestionável e integral ao texto do diploma legal evocado. Afinal, como bem esclarecido e fundamentado na justificativa cujo trecho transcrevemos ao norte, a rescisão contratual com empresa após a realização de processo licitatório, configura hipótese prevista expressamente na lei.

O legislador teve o cuidado de tutelar situações com a vertente e de forma bem feliz, editou dispositivo de aplicabilidade prática com o evocado. Não podendo ser ignorado ainda, que a repetição de um processo similar para sanar casos de rescisão, seria maléfico para o Poder Público e para os seus administrados. Sobretudo, quando a necessidade do serviço e as atividades dela decorrentes, ainda se mantém bem latentes.

Certamente o legislador como já mencionado, considerou estes fatores ao permitir que o gestor pudesse utilizar de discricionariedade para contratação direta na ocorrência de rescisão. Destacando-se ainda, que inclusive o mesmo preço da empresa rescindenda, obtido em pregão eletrônico, está sendo mantido. E por fim e não menos importante, toda a narrativa trazida à baila, foi farta e robustamente comprovada por meio documental.

Em tempo, verificada a documentação pertinente para contratação de empresa LIDER DISTRIBUIDORA DE BORRACHAS LIMITADA, verificamos que todos os requisitos legais foram preenchidos.

Portanto, considerando que o caso ora em análise, encontra-se perfeitamente adequado à lei, nos manifestamos pela legalidade da Dispensa de Licitação. É o parecer. S.M.J.

Tucumã-PA, 16 de novembro de 2023

SÁVIO ROVENO OAB/PA 9561
Assessoria Jurídica